Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Aproveitamento Múltiplo Santa Maria da Serra", de responsabilidade do Departamento Hidroviário–DH da Secretaria de Logística e Transporte, realizada na cidade de Piracicaba, no dia 12 de dezembro de 2013.

Realizou-se, no dia 12 de dezembro de 2013, às 17h00, no Auditório da Fundação Municipal de Ensino de Piracaba – FUMEP, na Avenida Monsenhor Martinho Salgot, 560, Vila Areão, Piracicaba S/P, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto de Meio Ambiente – EIA/RIMA, de responsabilidade da Secretaria de Logística e Transportes (Proc. 185/2012). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Bruno Covas, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – os Excelentíssimos Senhores Gabriel Ferrato e João Chaddad, Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Piracicaba, e dos Ilustríssimos Senhores José Antônio de Godoy, Secretário de Governo do Município de Piracicaba; Francisco Rogério Vidal e Silva, Secretário do Meio Ambiente do Município de Piracicaba; Rose Massaruto, Secretária de Turismo do Município de Piracicaba; Tarcísio Mascarim, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Piracicaba; Vlamir Schiavuzo, Presidente do SEMAE do Município de Piracicaba; e Miromar Rosa, Diretor do Centro de Comunicação do Município de Piracicaba; do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Antônio Carlos de Mendes Thames, Deputado Federal; Francisco Almeida, José Antonio Fernandez Paiva, Gilmar Tano e Dirceu Alves da Silva, Vereadores pelo Município de Piracicaba; dos órgãos públicos, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Cláudio Bini, Procurador-Geral do Município de Piracicaba; dos Conselhos – na pessoa da Ilustríssima Senhora Sônia Cristina Ramos, representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – COMDEMA do Município de Piracicaba. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual de Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projetos ou proposta apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre eles. Explicou que imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que representam o Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista exposto tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Após declarar que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, e composta por dois membros do

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

CONSEMA, naquele momento ausentes. Observou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental, engº Rodrigo Passos Cunha, Gerente da Divisão de Avaliação de Empreendimentos de Transporte da CETESB. Rodrigo Passos Cunha declarou que representava o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o processo relativo ao empreendimento que era objeto dessa audiência. Comentou que o mesmo se encontrava na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo sinalizando no sentido ou da aprovação da viabilidade ambiental do empreendimento ou de sua rejeição. Acrescentou que uma súmula desse parecer – que será elaborado com base nos subsídios que eventualmente vierem a ser oferecidos e naqueles que a Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental retirar da análise dos estudos ambientais quando ele se constituir objeto da ordem do dia. Caso a avocação não seja formulada – ou, se foi formulada, mas não acolhida, caberá à CETESB continuar a análise dos estudos, sem a participação da CETESB. Passou-se à etapa em que se manifestam o representante do empreendedor, o engº naval Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, Diretor do Departamento Hidroviário – DH da Secretaria de Logística e Transporte, que apresentou o projeto, e o geógrafo e economista José Roberto dos Santos, representante do Consórcio T.E.V.U., empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Ministério Público. Ivan Carneiro Castanheiro, representante do Ministério Público, especialmente do Grupo de Atuação Especial em Meio Ambiente em Piracicaba–PCJ–Piracicaba, declarou que o órgão que representa instaurou inquérito civil, não porque exista alguma irregularidade pré-determinada, mas por ser essa a forma que o Ministério Público tem de atuar oficialmente. Pontuou que um dos objetivos desse inquérito é garantir a máxima transparência e a disponibilidade de informações, para que o órgão possa coletar todos os elementos técnicos, depoimentos, documentos, que lhe possibilite, ao final, adotar uma posição oficial contrária ou favorável à construção da barragem. Declarou que reiterava as informações de que o Ministério Público até esse momento se mantinha imparcial para evitar qualquer espécie de especulação, e que, apesar do pouco prazo disponível, a instituição vem ouvindo as entidades e os diferentes segmentos da sociedade, participando das reuniões públicas promovidas pelo Departamento Hidroviário, aos sábados à noite, indo a todos os lugares com o objetivo de colher informações que lhe permitam compreender bem os fatos, e, com base nessa compreensão, se posicionar. Argumentou serem essas algumas considerações preliminares que se baseiam em informações obtidas e com base nas quais o Ministério Público tomará posição. Noticiou que aproveitava a oportunidade para esclarecer que a restauração de áreas de preservação permanente não constitui compensação ambiental, como às vezes se fala e consta dos programas, mas, sim, uma obrigação legal, porque é preciso preservar as margens dos cursos d'água para se evitar a sedimentação e a perda do reservatório. Acrescentou que a CETESB tem exigido nos últimos tempos que as áreas de preservação permanente sejam restauradas antes da construção das barragens, para que sirvam de abrigo para as aves que serão afugentadas do reservatório por ocasião de seu enchimento. Outra questão, observou, diz respeito ao estudo sobre o remanso criado pelas enchentes do Rio Piracicaba. Observou que, atento para essa possibilidade, o Ministério Público instaurou inquérito civil já em 2012. Informou também ter recebido uma representação da Universidade Estadual Paulista–UNESP, precisamente das mãos do Professor Roberto Braga, com base na qual o Ministério Público recomendou ao Departamento Hidroviário que elabore estudos sobre o remanso, o qual, encaminhado a esse órgão sexta-feira passada, foi objeto de análise preliminar, mas com condições de subsidiar uma boa compreensão do fenômeno, e, até mesmo, atestar que esse estudo não consta do Estudo de Impacto Ambiental, função que já cumpriu. Informou ainda que esse estudo se encontra disponível na internet, onde pode ser consultado, precisamente sobre a existência ou não de riscos de ocorrência de enchentes. Declarou que se sabia que muitas pessoas não tiveram condições de acessar as informações técnicas nele contidas para analisar e saber se haverá

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

efetivamente riscos de enchente. No que diz respeito ao Tanquã, que, informou, foi construído há cerca de quarenta anos atrás como compensação da Barragem de Barra Bonita, ele será destruído para que seja reconstruído um novo ecossistema, revelando-se, assim, que se trata de compensação insuficiente, pois ela deve ser, no mínimo, igual ou maior, mas nunca inferior ao bem lesado, como costumeiramente ocorre. Outro problema, observou, diz respeito ao desalojamento não só de pessoas, como também de seus costumes e de suas histórias. Informou que a população que será afetada encaminhou ao Ministério Público várias cartas – que as tinha consigo –, algumas com depoimentos emocionantes –, narrando problemas, um dos quais é não saber para onde vai, e o drama é tamanho a ponto de fazer chorar. Noticiou que as lideranças procuraram os representantes do Ministério Público e lhes entregaram uma carta com essas informações e, igualmente, reclamando da falta de segurança e da perda de um verdadeiro nicho de reprodução de peixes e de aves migratórias – algumas delas oriundas dos Estados Unidos –, pois se trata do pantanal ou mini pantanal paulista, como alguns dizem. Argumentou que, a seu ver, trata-se de uma compensação complicada, por envolver, além dos problemas já referidos, a escada de peixes e a diminuição da pesca. Enfatizou que os peixes que sobem para desovar na época da piracema não voltam, porque as turbina acaba esmagando-os, causando prejuízo para a atividade pesqueira que aí é desenvolvida. Declarou que, embora seja importante o aproveitamento energético das águas, não se pode diminuir a magnitude dos problemas que ele acarretará. Noticiou que, no dia anterior, por ocasião da audiência em São Pedro, talvez, por equívoco, foi afirmado que os ranchos não seriam retirados por se tratar de um direito adquirido. No entanto, observou, o artigo 5º do Código Florestal estabelece, que entre outras opções, o empreendedor – no caso o Departamento Hidrológico – tem, entre outras, a opção de desapropriar a área para reflorestá-la, motivo por que os ranchos deverão ser indenizados e retirados de onde se encontram. Referiu-se igualmente à outra afirmação feita durante a audiência que se desenvolvia, de que a qualidade das águas próximas ao reservatório terão a mesma qualidade daquelas do Reservatório de Barra Bonita, que, como se sabe, em decorrência do alto grau de eutrofização foi desconsiderado pelo Programa de Aproveitamento Hídrico do Plano Diretor de Aproveitamento Hídrico. Acrescentou que a solução para esse problema será realizar um tratamento de esgoto em nível regional. Outros problemas, observou, dizem respeito tanto ao ambiente lêntico – que faz com que a água demore trinta dias para percorrer o reservatório – como a remoção das florestas antes da inundação, o que não impedirá a formação de novas algas. Corre-se o risco, declarou, de essas condições provocarem a diminuição das atividades turísticas, tal como ocorreu em Salto Grande. Argumentou que essa região lhe parecia incompatível com esse aproveitamento. Enfatizou a necessidade de se ficar atento a todos esses impactos ambientais para que se possa identificar relação custo-benefício. Alexandra Facioli Martins, Promotora de Justiça e representante do Ministério Público, especialmente do Grupo de Atuação Especial em Meio Ambiente em Piracicaba–PCJ– Piracicaba, declarou que o Ministério Público há muito tempo luta pelo direito de a sociedade civil exercer plenamente uma cidadania participativa, que inclui a cidadania ecológica, ou seja, participar não só da discussão sobre o cumprimento das condicionantes estabelecidas para o empreendimento de modo a torná-lo ambientalmente viável, como também do processo da análise mesma da viabilidade ambiental, em cumprimento ao que estabelece a Resolução CONAMA 01/86. Lembrou que uma das exigências da legislação diz respeito à análise, pelos órgãos ambientais, das alternativas tecnológicas e de localização, que passa pelo confronto da melhoria que o empreendimento trará para o meio ambiente com as condições que atualmente possui, sem sua implantação. Enfatizou que esse confronto, com certeza, indicará efetivamente se o funcionamento ou operação do empreendimento contribuirá ou não para melhorar das condições ambientais. Pontuou que o papel do Ministério Público é justamente assegurar que os requisitos da legislação sejam cumpridos e que as etapas legais sejam devidamente respeitadas. Observou que a apresentação feita contou só com os subsídios que se obteve da análise do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Meio Ambiente, e não

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

de propostas concretas e efetivas, além do ramal ferroviário referido na apresentação. Enfatizou ser esse o aspecto que, aos olhos do Ministério Público, não foi dispensada a atenção devida e carece de maiores esclarecimentos. Referiu que, até o momento, não encontrou nenhuma referência aos custos. Outro aspecto a ser mais bem analisado, observou, é se os impactos ambientais foram ou não devidamente contemplados e dimensionados e quais medidas propostas para sua compensação e mitigação. Acrescentou que não se poderia deixar de considerar que o próprio estudo identificou, pelo menos, sessenta e sete impactos ambientais, grande parte deles de grande monta: cinquenta e sete decorrentes da implantação da barragem e de doze linhas de transmissão. Acrescentou que, considerando-se tão somente a barragem, serão provocados trinta e três impactos ambientais e vinte e quatro socioeconômicos. Argumentou que, como compensação, são propostos trinta e um programas ambientais, treze dos quais dizem respeito ao monitoramento, o que coloca a necessidade de o órgão ambiental, o Ministério Público e a sociedade civil analisarem se eles contemplam realmente as ações necessárias. Argumentou que não basta monitorar os impactos já identificados, mas identificar também se, a longo prazo, o empreendimento continua provocando novos danos. Reiterou ser preciso esclarecer, por exemplo, se, no caso do ramal ferroviário, é necessário, por exemplo, que ele possua quarenta e cinco quilômetros. Lembrou que, portanto, o que se analisa e discute não é um único empreendimento, mas, sim, um conjunto de empreendimentos que inevitavelmente alterarão não só a paisagem, como a logística da região, como consta do próprio projeto. Reiterou que não se poderia deixar de considerar, como o órgão tem feito reiteradamente em todas as ocasiões, se esse ramal ferroviário operará só em situações de saturação veicular das rodovias. Solicitou que se especificasse também quais são as vias da região cujo fluxo contará com mais de um milhão e setecentos caminhões transportando grãos. Paulo Jorge Moraes Figueiredo, representante do Instituto Brasileiro de Preservação Ambiental–PROAM, declarou ter exercido a função de membro do CONSEMA durante oito anos, e que, atualmente, era conselheiro titular do Conselho Nacional de Meio Ambiente–CONAMA, representando a região sudeste do país. Saudou o Secretário-Executivo do CONSEMA, e enfatizou que ele só aparecia em Piracicaba para trazer algum problema ou anunciar alguma ameaça. Declarou que, mais uma vez, estava diante de um empreendimento já rechaçado pela comunidade regional, no início da década de 90, e, com maior intensidade, em seus meados, particularmente em 1996, e que ele aparece sempre ao final do ano, em momentos pré-eleitorais, embora sua aparição sempre nas mesmas ocasiões ou períodos seja mera coincidência. Explicou que estava diante de um projeto proposto pelo Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, e que será, ao final, analisado e homologado ou não por outra Secretaria de Estado, no caso a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Reiterou que essa interdependência entre proponente e licenciador lhe parecia algo promíscuo. Lembrou que experiência similar ocorreu no Brasil na área nuclear, em que o mesmo órgão que fomentava a área também licenciava suas atividades. Enfatizou nunca ter imaginado que, em algum momento, se repetisse essa situação da área nuclear no âmbito dos empreendimentos do Estado, até mesmo em nome de sua lisura, pois é questionável que o proponente de um empreendimento seja julgado por uma Secretaria parceira desse proponente. Esclareceu que, com relação ao empreendimento propriamente dito, a leitura feita por amigos ambientalistas que militam na região de Piracicaba e na região sudeste do país é que se trata de um empreendimento surrealista, uma vez que promoverá tremendo impacto ambiental num rio que talvez seja o mais degradado do Estado de São Paulo e em uma região cuja qualidade do ar é péssima, em consequência do funcionamento em várias áreas com depósitos industriais clandestinas. Ao concluir comentou que se estava possibilitando com a implantação desse empreendimento alteração no que tem de melhor que ainda resta no Rio Piracicaba, ou seja, onde ainda teria alguma capacidade de depuração. Acrescentou que outro fator negativo é que existe ainda na região uma parcela significativa de efluentes que não foram tratados, o que contribuirá para diminuir a velocidade do rio. Comentou terem sido brilhantes as intervenções

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

que antecederam a sua, como, por exemplo, o comentário feito pela Promotora de Justiça e representante do Ministério Público, especialmente do Grupo de Atuação Especial em Meio Ambiente em Piracicaba–PCJ–Piracicaba, Alexandra Facioli Martins, sobre a falta de estrutura e transporte. Argumentou que o empreendimento fere frontalmente a Resolução CONAMA 001/86, a mais cara para os ambientalistas, cujo cumprimento exige que a alternativa de transporte apresentada no projeto seja cotejada com outras que, igualmente, devem ser formuladas e justificadas. Argumentou que tal não acontece com esse empreendimento, pois até mesmo a única alternativa por ele referida é precariamente analisada pelo Estudo de Impacto Ambiental. Enfatizou que, em comparação ao material que estudou há quinze anos sobre esse empreendimento, sem dúvida, a qualidade dos estudos melhorou muito, pois o material é bem melhor, porém não é isso que importa, mas, sim, o projeto em si mesmo, que, sem dúvida alguma, é muito ruim, além de permitir que se cometa mais um erro no que tange à utilização do Rio Piracicaba. Lucano Monferrari, representante do Centro de Estudos Ortinológicos – CEO, declarou que essa entidade se posicionava contrariamente à construção do empreendimento pelo caráter irreversível dos danos devastadores que causará, principalmente na área do Tanquã, reconhecido pelas aves migratórias – principalmente as aquáticas – que comparecem não só à região de Piracicaba como também ao Estado de São Paulo e a outros países. Esclareceu que, como se sabe, as aves migratórias vêm da América do Norte e pousam, repousam, descansam e se alimentam da formação pantanosa existente no Tanquã, sobretudo dos muitos peixes que aí são gerados. Informou ser o Brasil signatário da Convenção de Ramsar por meio do Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996, que reconheceu a importância ecológica, econômica, cultural, científica e recreativa das áreas úmidas. Argumentou ser irreparável a perda desse *habitat* à qual se acrescentam outros impactos negativos que serão provocados sobre essa área, mais precisamente sobre os recursos que ai se encontram. Acrescentou que a Convenção de Ramsar reconheceu onze áreas úmidas, mas nenhuma delas se localiza no Estado de São Paulo, aspecto este que aumenta a importância do Tanquã. Informou também que, como instituição, o CEO vem desenvolvendo, desde 2011, um censo neotropical de aves aquáticas e esses estudos são levados para a Wedsland Internacional e aí são consolidados. Reiterou a importância do Tanquã como área úmida do país, motivo por que reivindica seja elaborado levantamento de dados secundários sobre ele com o propósito de promover a adequação dos projetos de compensação ambiental com suas reais necessidades no que tange à proteção integral de seus recursos. Acrescentou que, em relação a compensações específicas para perda desse *habitat* devem ser levados em conta os danos que serão causados não só nas aves aquáticas como também naquelas cuja espécie encontra-se ameaçada de extinção. Paulo Afonso Leme Machado, membro do Diretório Central da Unimep, declarou que abordaria seis aspectos e que o primeiro dizia respeito à importância da audiência pública, como forma de controle social. Explicou que a razão principal de sua vinda era a crença no poder do povo, reconhecido pelo Artigo 1º da Constituição Federal, segundo o qual o povo é a base da democracia. O segundo aspecto, observou, relaciona-se com o projeto analisado, que não é indispensável do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social nem sustentável ecologicamente. Enfatizou que o projeto representa realmente uma ameaça sensível à diversidade ecológica da área de influência e, principalmente, no Tanquã, e que, quando se fala em ameaça sensível à diversidade ecológica, é preciso esclarecer que o Brasil assinou a Convenção da Diversidade Biológica em vigor no Brasil. Por estes motivos, observou, mesmo se houver incerteza, do ponto de vista da ciência, sobre a relação causal entre projeto e perda ou diminuição do ecossistema, deve-se invocar o princípio da precaução, qual seja, prevenir, caso haja dúvida, pois ela nunca é favorável ao projeto, mas, pelo contrário, ela impede sua implantação caso haja desconfiança de que ele afetará a diversidade biológica. Argumentou que o motivo pelo qual a Constituição prescreve que princípio da precaução seja invocado respalda-se na possibilidade de ele impedir que evitar que determinados danos efetivamente aconteçam. Ao final declarou que a população quer progresso e emprego, mas

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

com saúde ambiental. Acrescentou ser esta a razão pela qual o projeto, a seu ver, não pode ser implantado. Declarou também que, como a CETESB e o Governo do Estado de São Paulo precisam do povo da região, eles não devem conceder licença para que ele seja implantado. Adriana Claudino de Oliveira, Primeira-Secretária da Associação dos Pescadores e Moradores do Bairro Tanquán e sua representante nessa audiência, declarou que os moradores do bairro querem obter respostas concretas e objetivas, entre outras: 1) a garantia com a qual a população ira contar após a construção da hidrovia; 2) se a barragem for construída, para onde a população será removida; 3) que tipo de impacto a construção da hidrovia promoverá; 4) se houver mortandade de peixes, como a população proverá sua subsistência, até que eles novamente se reproduzam; 5) como e de que forma a população será remunerada; 6) se ela corresponder a um salário mínimo, que não é suficiente para a sobrevivência das famílias, como elas sobreviverão; 7) se o impacto ambiental que será promovido destruirá árvores, ilhas, lagoas, aves e várias outras espécies existentes; 8) se as margens do Rio Piracicaba oferecerão condições para a sobrevivência; e 9) se a população continuará a viver em meio de tanta beleza. Malu Ribeiro, representante da entidade S.O.S Mata Atlântica–SP, explicou que recebeu da entidade a responsabilidade de trazer uma mensagem sua, até mesmo porque, em nome dela, no início da atual gestão do Governador Geraldo Alckmin, se reivindicou que a tomada de decisões para obras complexas como esta que se analisa, e que foi rechaçada e repudiada pela sociedade e pelo próprio CONSEMA, incluísse os comitês das bacias hidrográficas, com o propósito de que a avaliação ambiental fosse integrada e estratégica. Contestou que uma hidrovia do porte e da envergadura dessa fosse avaliada do ponto de vista de sua viabilidade ambiental com base em um EIA/RIMA Frankenstein, na medida em que avalia pontualmente o impacto de uma única barragem. Protestou que se apreciasse um trecho do prolongamento da barragem no Tietê, de Anhembi a Salto, uma vez que o governador, ao navegar com ela e o SPTV pelo Rio Tietê monitorando a qualidade das águas, garantiu, de viva voz, que não havia condições ambientais para se implantar entre Salto e Anhembi PCHs ou barragens. Relatou o caminho até então percorrido no mês em curso e verificou que a qualidade das águas era péssima. Explicou que o oxigênio no Tanquã era 1.4 miligramas por litro e que os peixes estavam pulando em virtude da falta desse elemento vital. Informou que só nas margens havia vida aquática. Acrescentou não ser mais possível ouvir falar que, com a construção dessa hidrovia, a qualidade das águas melhorará – será a mesma do Reservatório de Barra Bonita – , e convidou todos os presentes a coletarem um litro de água nesse reservatório para verificar o quanto ele se encontra “eutrofizado”, cheio de fósforo, nitrato e DBO, e que são essas as condições que passarão a ter as águas do Rio Piracicaba. Pontuou que uma das medidas a serem tomadas é não permitir que a avaliação da viabilidade ambiental de empreendimentos como esse se baseie em EIAs/RIMAS Frankenstein, mas, sim, no Plano Diretor de Águas. Reiterou que essas águas estavam sendo super-exploradas, tornando-se contaminadas e poluídas, e que as condicionantes ambientais estabelecidas, por sua vez, também eram fragmentadas e socializadas entre uma série de empreendedores. Enalteceu a importância do Ministério Público e do GAEMA para defender o que resta de qualidade de vida na região, e, concluindo repetiu o que já dissera outros manifestantes, qual seja, que o Tanquã fora instalado para compensar os impactos provocados pela Hidrovia Tietê-Paraná, e que, agora, com ele se pretendia cometer outro erro. Antônio Cláudio Sturion Junior, representante do SODEMAP de Piracicaba, inicialmente reiterou o posicionamento de manifestantes que o antecederam sobre a necessidade de se observar o princípio da precaução, e que, ele próprio, já havia identificado vinte impactos, os quais invevitavelmente serão provocados. Apontou para o risco de o solo ser contaminado por veículos e maquinários, pelas oficinas de manutenção, pelos tanques de armazenamento de combustíveis e, igualmente, pelas graxas e lubrificantes, e apontou também para a possibilidade de ser contaminado o Aquífero Guarani, que é o maior reservatório de água doce existente na região. Fez varias citações do RIMA, especialmente de trechos que se referiam às espécies animais, às quais a supressão das áreas de preservação permanentes provocará danos letais.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Noticiou que os estudos ambientais afirmam que, com o enchimento do reservatório, muitas áreas de preservação permanente existentes ao longo do Rio Piracicaba serão suprimidas, e que o RIMA cita também que ocorrerá perda de *habitat* para a fauna. Informou que os grupos mais afetados serão aqueles que reúnem espécies dependentes de ambientes florestais, cada vez mais raros na paisagem atual, e que, além da ameaça de extinção de espécies que vivem nas áreas úmidas, alguns "tachos" também se tornarão ameaçados. Passou a citar uma série de dados constantes do EIA/RIMA, como o afugentamento da fauna silvestre, a supressão de importantes fragmentos de cobertura vegetal; incremento do ruído, que contribuirá para o afugentamento da fauna terrestre, e, em seguida, referiu-se a diversos tópicos do RIMA, entre os quais a tendência de redução da diversidade de espécies do zooplancton. Ao final, observou que, na condição de agrônomo, não acreditava em programa de recomposição. Eloah Margoni, representante da entidade Amigos do Museu Prudente de Moraes, elencou alguns pontos do EIA/RIMA que considerava uma autocondenação, mas não por culpa dos profissionais que o elaboraram, pois eles se esforçaram muito, mas, sim, da enorme dificuldade de defender algo que é indefensável. Apontou para algumas falhas dos estudos, entre outras, a falta de especificações dos modais de transporte e não terem sido analisadas outras alternativas de traçado, o que implica que se deposite uma confiança imensurável que nos profissionais que as analisaram e as descartaram. Citou o artigo 225 da Constituição Federal que prescreve que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial para a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Reportou-se ao Aquífero Guarani, que, afirmou, é o maior reservatório de água doce do mundo e cujas águas poderão ser afetadas pelas áreas que se localizam próximo do reservatório e na área de recarga e afloramento do aquifero. Questionou como se monitoraria essa contaminação, como ela poderia ser revertida, e que ninguém seria responsável por ela. Voltou a tecer considerações sobre o princípio da precaução, que se trata de declaração feita no contexto da Conferência Rio-92, definido como garantia contra riscos potenciais, ou seja, daqueles que, de acordo com o estado atual de conhecimento, não podem ainda ser identificados. Ao concluir assegurou que, nessa audiência, viu apenas serem feitas um monte de promessas, de comprometimento com algumas coisas que deverão ser feitas, mas cuja execução, talvez, seja impossível. Antonio Carlos Danelon, representante da entidade Amigos da Lagoa de Piracicaba, comentou que essa reunião constituía uma responsabilidade histórica, e entendia que não interessava defender pontos de vista ou projetos, mas, sim, o que era melhor para a população. Nessa perspectiva, observou, tudo tinha de ser ouvido e levado em consideração. Acrescentou, também, que não se estava em uma espécie de praça de guerra para saber quem tem e quem não tem razão, motivo por que tudo tinha de ser levado em consideração. Declarou ter comparecido na condição de assistente social e que não entendia por que tanta pressa em aprovar um projeto muito antigo do qual já se falava na época da Ditadura. O importante, observou, é conversar com a população, com os moradores do Tanquã, que mantiveram aquele lugar limpo e viável, e que acabou se tornando um estorvo. Asseverou que a barragem será construída pelos nordestinos, além dos mineiros e maranhenses, e, a seguir, teceu uma série de considerações sobre a distribuição da riqueza no Brasil, a diferença entre os ricos e pobres e o desenvolvimento propiciado pelo Projeto Bolsa Família. Benedito Augusto de Moura, representante da Gazeta Regional de Piracicaba, declarou inicialmente que acompanhava esse projeto há quarenta anos e que era favorável à sua construção. Comentou, em seguida, que, quando se analisa um empreendimento, o critério a ser adotado é "benefícios contra malefícios". Passou a apresentar sua teoria, de acordo com a qual o que vence tem de ser feito. Argumentou que qualidade de vida não se faz com conversa, mas, sim, gerando emprego, verba, receita, e que se sabe muito bem que não há nenhuma medida, em qualquer lugar do mundo, que só gere vantagens sem apresentar qualquer desvantagem. Por conseguinte, observou, a Barragem de Santa Maria da Serra merece ser construída, porque as vantagens que sua implantação propiciará são

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

muito maiores que os prejuízos que, se supõe, seu funcionamento provocará. Acrescentou que, atualmente, dos moradores do Tanquã apenas quinze ou vinte famílias dependem da pesca, pois a maioria depende do lote de rancho. Reiterou que era favorável à construção da barragem, pois ela representará para a região um rio de negócios e, por conseguinte, progresso para região. Além disso, observou, tanto São Pedro como Santa Maria e Águas de São Pedro precisam de emprego, e essa barragem se apresenta como a única solução. O importante, argumentou, é construí-la de forma correta. Reiterou que a hidrovia é importantíssima para a região, da mesma forma que a ferrovia, motivo por que deve ser feito um ramal desde Piracicaba até o Taquaral. O Secretário-Executivo informou que, como o Vereador José Antonio Fernandes Paiva informou que a Câmara de Vereadores de Piracicaba realiza, hoje, sua última reunião ordinária de 2013, solicitava lhe fosse concedido manifestar-se em etapa anterior àquela destinada aos representantes do Poder Legislativo. Acrescentou ainda que, como a norma da audiência pública estabelece que, se algum representante do Poder Legislativo ou do Poder Executivo alegar razão suficiente pela qual tenha de se retirar, a ordem de sua inscrição pode ser alterada, de modo que possa manifestar-se antes da etapa destinada aos representantes Poder Legislativo. José Antonio Fernandes Paiva, Vereador pelo Município de Piracicaba, declarou inicialmente que as manifestações do Ministério Público e do Professor Paulo o fizeram pensar sobre o papel de cada um na construção de uma sociedade sustentável, justa e igualitária, onde o desenvolvimento econômico não atropele o desenvolvimento social, a inclusão social e a sustentabilidade. Coincidentemente, argumentou, essa audiência pública se realiza em um dia como hoje, para o qual estão agendadas reuniões ordinárias e, provavelmente, extraordinárias da Câmara de Vereadores. Declarou também que, como reconheceram os articuladores do SOS Nova Piracicaba, não há dúvida de que a situação piorará, se houver assoreamento em Artemis, o que será feito, irreversivelmente, de cinco em cinco anos. Argumentou que, por esse motivo, tem dúvidas em relação a esse empreendimento. Acrescentou que, como representante dos trabalhadores, pois é presidente do Sindicato dos Bancários, se combatia, hoje, a luta por adicional de insalubridade, que se trata de uma medida mitigadora para um ambiente insalubre. Argumentou que, quando se tem dúvidas em relação a um empreendimento, em virtude dos riscos que ele possa vir a apresentar, não se deve implantá-lo. Acrescentou que a cidade de Piracicaba vivenciou, em 2013, um dos piores anos da sua história, com reflexos na segurança, na mobilidade urbana e na saúde e com incertezas do ponto de vista do desenvolvimento social. Referiu-se à crise de inclusão social pela qual o município passa, pois a elite dominante da macrorregião vive quebrando os ovos, mas não quebra os ovos de ouro, mas, sim, os dos pobres, daqueles que mais precisam. Argumentou que ele e o Vereador Chico Meira não podiam vacilar neste momento, mas, sim, acrescentou, acelerar o processo de mobilização e mostrar quem estava querendo acabar com o Rio Piracicaba, quem estava querendo fazer da reserva compensatória do Tanquã mais um motivo de sepultar esperanças e vidas. Referiu-se aos trabalhadores que morreram na obra do anel viário e ao índice de acidente de trabalho que, em Piracicaba, vinha-se agravando – um acidente de trabalho por hora, consequência do desenvolvimento desordenado, sem plano diretor, que acelera o processo da construção civil, mas não estabelece um controle rigoroso para a segurança dos trabalhadores. Informou que entendia as palavras proferidas pelo Professor Paulo no seguinte sentido: “Estou com 74 anos de vida, e, você, com 54; pega os subsídios que tenho e vá à luta e não a deixe esmorecer”. E, concluiu, reiterando ser esse o compromisso de seu mandato. Juan Antonio Moreno Sebastianes, representante da entidade Amapira Piracicaba, declarou que defendia a intermodalidade, entendendo que o transporte hidroviário realmente tem que aumentar bastante no Brasil, e, também, o ferroviário, que, por irresponsabilidade de políticos, regrediu. Declarou também que a região dispunha, além do transporte ferroviário, do transporte rodoviário para distâncias menores e o transporte por dutos. Entretanto, observou, embora o mini pantanal do Bairro Tanquã seja um importante berçário para peixes, aves, répteis, mamíferos, entre outras espécies mais conhecidas, ele será destruído pela

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Barragem de Santa Maria da Serra, caso venha a ser implantada, e isso dará lugar a uma considerável redução da quantidade e da diversidade de espécies da fauna e da flora locais. Em face de tal possibilidade, perguntava se os homens tinham ou não o direito de destruí-lo, principalmente levando-se em conta que ele atrai turismo, pois conta com jacarés do papo amarelo, tuiuiús, cabeça-seca, entre muitas outras espécies raras, como garças, patos, mamíferos. Considerando também que Piracicaba possui uma Agenda 21 construída por muitos dos que aqui compareceram, é preciso levar em conta que ela contempla o Projeto Beira Rio, que considera Tanquã importante pólo de incentivo ao ecoturismo, pois conta com pequenos investimentos públicos e privados, bem disciplinados. Acrescentou que se reconhece que esse potencial pode gerar, sem dúvida, importante fonte de renda, Considerando também que em Piracicaba existem várias áreas margeando o rio que precisam de ações para eliminar e reduzir as inundações periódicas, que, se essa barragem for construída, inquestionavelmente aumentarão as inundações a montante. E, por últimlo, considerando que o projeto da intermodalidade do transporte está sendo apresentado de maneira fatiada, pois não contempla o projeto que está sendo analisando nem tampouco o portuário e a ferrovia, solicita-se que as seguintes indagações sejam respondidas: 1ª: quem garante que será aprovada e construída a ferrovia; 2ª: como se poderá concluir que o desconhecido projeto global da intermodalidade de transporte mais a pequena hidrelétrica possibilitada pela barragem trarão mais vantagens do que desvantagens; 3ª: será que esses projetos não podem ser melhores do ponto de vista econômico, ambiental e social. Argumentou que, para se evitar pedir perdão aos filhos pela destruição desse verdadeiro santuário ecológico existente no Tanquã, e ainda agravar as inundações de vários bairros, inclusive da estação de tratamento de esgoto, que foi construída recentemente próxima a fonte do caixão, todos deveriam se alimentar da máxima proferida segundo a qual, realmente, “viver é preciso”,mas, também, ampliar seu sentido transformando-a na seguinte: “Viver com qualidade é preciso”,e, para tanto não basta ter emprego, mas, sim,ar e água com qualidade e condições de fazer lazer. Acrescentou que, se a gente tem respeito pela natureza, ela nos respeitará. Antonio José Miotto, representante da Associação Comercial de Piracicaba, declarou que reconhecia a magnitude do projeto hidroviário e o que sua entidade espera, em primeiro lugar, é que seja implantado dentro da legalidade e que tenha sempre respeito pelo meio ambiente e o preserve. Reconheceu a importância da discussão que estava sendo travada, com os prós e os contras, levando em consideração o respeito pelas pessoas que estão mais próximas, que é a coletividade. Referiu-se ao potencial econômico de Piracicaba, e declarou que, com certeza, o modal rodoviário já se encontra um tanto quanto saturado, além da poluição que promove. Reiterou que sua associação defendia a implantação desse modal hidroviário na região. Tarcísio Ângelo Mascarin, representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba, comentou inicialmente que 80% do transporte feito no Brasil é através de rodovias, e entendia que esse perfil precisa ser alterado para que se possa adquirir produtos mais baratos, e isso a utilização do transporte hidroviário torna possível, como se comprova com o preço da soja: a que sai do Mato Grosso é a mais barata e a que chega no Porto, a mais cara. Argumentou que, para Piracicaba, a barragem que está sendo projetada para Santa Maria da Serra é uma das alternativas para alterar o valor do frete e, consequentemente, das mercadorias. Declarou que representava as empresas cujo maior custo é o transporte, e ser esta uma das razões pelas quais a implantação de uma ferrovia ligando Piracicaba a Nova Odessa será muito bom tanto para as empresas como para Piracicaba. Por esse motivo conclamava a todos da equipe do meio ambiente a participarem da campanha contra o uso de gasolina e do diesel, por serem os maiores poluidores da atmosfera, deixando morrer o etanol. Álvaro França, Secretário de Comunicação do Pira 21, explicou que se trata de entidade que realiza um trabalho voluntário desde 1999, e passou a oferecer um breve relato sobre as condições do Rio Piracicaba à época que veio morar no Município, vindo de São Paulo. Referiu que os responsáveis por essas condições era toda a comunidade e reconhecer esta realidade o levou a se engajar no Movimento Pira 21, a escutar a população, a ouvir suas demandas e

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

a buscar, junto ao Poder Público, soluções. Referiu que a população sempre esteve distraída com o futebol ou envolvida com os churrasquinhos aos fins de semana na beira do rio, poluindo-o e desrespeitando a piracema e, consequentemente, o meio ambiente. Argumentou que muitas pessoas na audiência reconheceram que é preciso gerar emprego e renda e que, também, é necessário o desenvolvimento sustentável. No entanto, observou, o caminho para o desenvolvimento sustentável, embora seja a solução, não está dado, pois não se trata de um projeto pronto, mas, sim, escrito a diversas mãos. Declarou acreditar que o turismo deva ser desenvolvido na região como também a indústria do conhecimento, porque se trata de atividades limpas. Pontuou que Piracicaba não pode mais crescer, porque, se isso acontecer, ela, que já se encontra degradada, perderá a governabilidade, o que impedirá o Poder Público de cumprir as metas. Enfatizou que, caso se pretenda viver em uma cidade melhor, se deve aproveitar o ensejo desse projeto e pensar o que fazer para diminuir seus custos. Enfatizou que a juventude deveria usar sua força para colaborar com os Poderes Públicos. Álvaro França teceu comentários também sobre a situação em que se encontra a Rodovia dos Bandeirantes – uma estrada com vinte pistas –, sem condições de atender a demanda. Enfatizou que o Brasil está-se encaminhando para a matriz do Pré-Sal, embora possua a indústria verde, que é a indústria do etanol, pois ninguém se mobiliza para incentivá-la. Enfatizou que o Pira 21 está aberto a todos e, inclusive, possui um programa de rádio para discutir todas as questões e que seus microfones estão abertos para todos. Renato Morgado, representante da IMAFLORA de Piracicaba, inicialmente informou que seria pequena sua intervenção, porque vários argumentos que apresentaria aqui já foram utilizados, até com maior contundência, do que a que teria.. Referiu que a questão do direito à Informação e do direito à participação, não só são previstos na Constituição brasileira, como se fazem presentes na legislação ambiental, pois orientam as discussões e a tomada de decisão. Argumentou que, embora se diga que esse projeto circula pelo Município há quinze anos, é necessário saber que foi com esse EIA/RIMA que se inaugurou de fato o debate, que o retirou do limbo no qual se encontrava há quinze anos. Essa sua nova versão, observou, é mais objetiva, principalmente no que diz respeito aos impactos socioambientais previstos e às medidas de mitigação, uma vez que foram formuladas já na perspectiva do acesso à informação e à participação. Uma das leituras feitas por ocasião da apresentação realçou que 60% dos impactos são baixos ou médios, e outra leitura feita é que 40% são altos ou muito altos. Declarou que se alinhava ao Ministério Público no sentido de não possuir ainda um posicionamento fechado em relação ao empreendimento, ou seja, ainda não se ter posicionado nem contrária nem favoravelmente, porque ainda se buscar entender algumas questões. Esclareceu que, por certo, o acesso à informação provoca certo prejuízo na medida em que se discute apenas parte do projeto, pois a sociedade não tem condições de avaliar o todo, uma vez que só parte da informação tornou-se disponível. Fez críticas ao pequeno prazo ofertado pelo CONSEMA para que a sociedade ainda possa contribuir, após a realização das cinco audiências, se assim julgar necessário metabolizar os estudos. Ao todo, observou, foram só três meses para decidir sobre um tema que é extremamente complexo, do qual só se vê pequena parte. Esse é um ponto, observou, bastante sensível para a Emaflora e seus vários parceiros. Ao final observou que esperava que o Ministério Público, que já é parceiro da entidade, se debruçasse sobre todos esses aspectos do empreendimento. Egídio Mauro Filho, representante da Associação de Moradores de Artemis declarou ter ouvido o representante do Departamento Hidroviário afirmar que será elaborado um EIA/RIMA para o Terminal de Cargas de Artemis num futuro próximo – ou, talvez, que ele já está sendo licitado –. e que, por isso, aproveitava a oportunidade para esclarecer que Artemis não é Artemis. Artemis é Porto João Alfredo e sempre foi porto. Muitos dos senhores não conhecem a história de Artemis. Lembrou que ela já foi navegável e que por ela circulavam vapores que traziam cargas para o Médio Tietê. Portanto, observou, não se faz necessário nenhum conhecimento científico nenhuma tecnologia, uma vez que a vocação de Artemis é essa, tal como demonstra sua história. Referiu que à época da antiga Sorocabana já

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

funcionava um intermodal de cargas em Artemis, que nada mais é senão elevar o calado médio de três metros. Artemis já foi porto, já foi um terminal de carga intermodal, que transportava todo o minério do Sistema Tietê e do Médio Tietê; Acrescentou que a (ilegível) que existia na antiga Sorocabana transportava todo o material para Santos, e vice-versa, o que vinha de Santos para o Médio Goiano, para o Médio Tietê, para o Estado de Goiás, e descia nas embarcações. Explicou ser ele tocado a vapor, vapor tocado à lenha, e que hoje nada mais é do que mudar aquela escala para uma escala bem maior. Declarou ser favorável, sim, a implantação dessa hidrovia pelo que está sendo aqui discutido, e que não via motivos para fugir dessa realidade. André Blanco, representante do Instituto Ambiental Total de Piracicaba, noticiou que o instituto é uma entidade que surgiu na década de 80 em Campinas, justamente para propor medidas de compensação e desenvolver trabalhos para reverter o processo de degradação que já existia na região. Observou que a cidade cresceu de forma equivocada e que, de lá para cá, o Instituto vem desenvolvendo projetos para programas como o que propunha o desenvolvimento comunitário para reverter os danos causados pelos empreendimentos. O Instituto trabalha, também, com o Programa de Aceleramento do Crescimento–PAC, com ações do Projeto Técnico Social–PTC, com o propósito justamente de mitigar e compensar as obras de infraestrutura que estão sendo implantadas. Referiu que ainda se fazem necessários bons projetos de planejamento integrado, do qual não só a população como a sociedade civil possam participar, como também todos os demais atores públicos. Referiu-se ao desenvolvimento comunitário, que é uma das exigências das obras do PAC, e às suas diversas etapas, que também envolvem a população do entorno, o projeto da obra, a gestão e o trabalho técnico-social. No entanto, observou, quando ele vai para o Executivo muda-se tudo e os impactos que não foram analisados começam a aparecer. Concomitante surgem também os problemas decorrentes da readequação, e, posterior, em fase subseqüente, quando se olha para o projeto, não se vê, não se consegue enxergar, sua adequação com os problemas e com os impactos. Referiu que a leitura do Instituto aponta para a necessidade de um projeto mais qualifica, que enxergue o todo. Argumentou que, se for realmente necessário e equalizado todos estes fatores, o Instituto a questão intermodal, mas de uma maneira adequada e apropriada. Silvia Regina Gobbo, vinculado ao Centro Acadêmico da Unicamp *campus* de Piracicaba, saudou todos os estudantes presentes, e declarou ser ela quem desperta nos alunos a consciência ambiental e em despertar o interesse em estudar e preservar o meio ambiente, quando é possível. Informou que os alunos, depois de consultar todos os documentos, chegaram ao consenso de fazer uma exposição contrária à construção da barragem, por diversos motivos. Elencou os aspectos mais importantes que serão abordados nessa exposição, entre elas o monitoramento, que não pode ser contabilizado como compensação de impactos, mas obrigação; as espécies da mastofauna em extinção; a preservação da mata ciliar para garantir a viabilidade, evitando o assoreamento do empreendimento; a presevação do Tanquã, importante para ecoturismo, e a educação ambiental, que no EIA/RIMA é abordadaem apenas seis “míseras” linhas para uma cidade que é sempre muito elogiada pela ênfase que dá a essa questão. Enéas Xavier de Oliveira, representante do Instituo AIMARA de Piracicaba, declarou que, além de Presidente do Instituto Aimara, participava de outras associações que lutam pela democracia participativa e pela defesa do meio ambiente no município. Referiu que cabe à população fiscalizar empreendimentos efetivamente lesivos ao meio ambiente e que o Estado tem de ser fiscalizado pela população. Declarou que se tinha de lutar pelo controle social e que muitos problemas ambientais se devem ao fato de o Estado preferir investir bilhões em barragens e estádios de futebol, em vez de investir em escolas. Manifestou seu contentamento por participar da audiência e sua tristeza por ter chegado atrasado, o que se deve ao fato de a audiência ser realizada em horário comercial, o que dificulta a participação da sociedade. Sua questão, observou, diz respeito aos moradores do Tanquã, que será deslocada e,mesmo assim, não foi ouvida pelos empreendedores que estão definindo o seu futuro. Comentou que os únicos beneficiados com a implantação do empreendimento será meia dúzia de construtoras e

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

alguns agentes da especulação imobiliária, que vai faturar alto com a malha urbana que se estenderá até Tanquã. Basta ouvir as promessas feitas pela Hyundai quando se instalou em Piracicaba: quatro mil vagas de emprego indireto. Noticiou que, nos meses seguintes, vinte mil pessoas se transferiram para Piracicaba, e aconteceu o mesmo que ocorreu em Belo Monte e em Altamira, isto é, sua população foi duplicada. Observou que, no que tange ao acesso ao EIA/RIMA, ele foi tornado disponível, no sitio eletrônico do CONSEMA nesse curto período de tempo, mas que, há dez dias,vem tentando fazer o *download* desse documento, e não consegue. Referiu que poucos sabem que nessa região há vestígios de ocupação humana que datam de mais de quatro mil anos, os quais, com certeza, serão eliminados de sua história. Alertou os presentes sobre as promessas feitas que relacionavam os estádios com a vinda de grandes empreendimentos, o que efetivamente não aconteceu. Passou-se à etapa em que os cidadãos se manifestam em seu próprio nome. Ricardo Faria declarou que percebia grande polarização entre os participantes que se posicionavam favorável e contrariamente à aprovação do empreendimento e, também, o propósito de se diminuir a importância do consórcio responsável pela elaboração dos estudos ambientais que é composto por especialistas conceituados nos diferentes ramos do conhecimento e que fizeram levantamentos bem detalhados na região sobre esse empreendimento. Acrescentou que, se no passado foram necessários vinte anos de trabalho para chegar ao estágio que se alcançou, não se pode pretender que a implantação do projeto se dê de uma hora para outra. Argumentou que na área que será alagada nunca foi plantada mata ciliar, mas somente cana e pasto, porque não foi plantado esse tipo de vegetação na região. André Leonardo Quiles declarou que não considerava adequado o Estado apreciar aprovar e fiscalizar um projeto de seu interesse, e que, a seu ver, a fiscalização poderia ser executada, no caso do projeto que se discute, por um ente federal, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis–IBAMA. Relatou que existiam na região, à época em que era estudante, animais que não mais existem e que se perguntava se o Governo estava mendigando, não dispensando os cuidados necessários aos animais nem tampouco em uma ferrovia. Roberto Braga declarou ser professor na Universidade Estadual Paulista – UNESP e que compunha a equipe que estava colaborando com as entidades da sociedade civil, inclusive com o Grupo de Atuação Especializada no Meio Ambiente–GAEMA, na análise do Estudo de Impacto Ambiental– EIA do empreendimento. Enfatizou que sua implantação e funcionamento causarão impactos gravíssimos e, em sua maior parte, irreversíveis, motivo por que questiona o prazo extremamente curto destinado à sua discussão pela sociedade. Argumentou que se preocupava com a incompletude do Estudo de Impacto Ambiental, ao não contemplar a influência do remanso do reservatório no agravamento das enchentes na cidade de Piracicaba. Por esses motivos, concluiu, solicitava fortemente que fosse prorrogado o prazo para a análise desse documento a bem da transparência e do controle social do processo. Luiz Fagundes declarou que, nos anos sessenta, foi frequentador assíduo da região de Artemis, trecho do Rio Piracicaba, que nadou incontáveis vezes em suas águas, o que o levou a conhecê-lo muito bem, inclusive a devastação que foi nele realizada em 1960, quando construíram a Barragem de Barra Bonita. Relatou que, nesse momento, atearam fogo na mata existente em seu entorno e mataram todos os animais. Argumentou ainda que ninguém pensou em preservar o que ali existia e que foi-se constituindo o Tanquã, que é atualmente o minipantanal paulista. Perguntou, em seguida, se será utilizada a técnica existente para promover o remanejamento desses animais, uma vez que o ser humano consegue fazer milagres. Carlos Roberto Rodrigues declarou que era engenheiro agrônomo e que, há cerca de vinte anos, trabalhava com sustentabilidade na área de reflorestamento. Declarou também que era cidadão piracicabano e curtia o Rio Piracicaba desde seus cinco anos. Declarou ainda ter percebido muito pessimismo em algumas críticas feitas, mas entendia que o otimismo movia as coisas e que se configurava uma atitude pessimista ficar olhando para trás. Acrescentou que tinha preocupação com o meio ambiente, mas apostava que, com as inovações tecnológicas protagonizadas pelas pesquisas, havia aumentado a capacidade das grandes empresas,

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

qualquer que seja sua especialidade. Chamou atenção para a necessidade de a população de Piracicaba ser solidária com as das outras cidades da região, como Itirapina, Santa Maria da Serra, São Pedro, Águas de São Pedro e Anhembi, que se encontram estagnadas. Propôs um diálogo com consenso e equilíbrio, porque, se por um lado é necessária a qualidade de vida, por outro lado, também é necessária a geração de emprego. Rafael Lacerda comentou inicialmente que o projeto da Barragem de Santa Maria da Serra vem sendo discutido em Piracicaba há muitas décadas, uma vez que sua implantação está longe de obter consenso, como se vem mostrando no decorrer dessa audiência, que conta com expressiva participação popular, mas não ccom a dos representantes do Poder Público cujos lugares na plateia que lhes foram reservados permanecem vazios. Observou que os impactos que serão provocados por essa obra serão muito elevados do ponto de vista ambiental e social, principalmente com a perda completa de ecossistemas quando for inundada a área do Tanquã, considerado pantanal paulista, onde habitam centenas de espécies, inclusive algumas ameaçadas de extinção. A redução da velocidade da vazão da água, observou, é outro ponto que preocupa, por ser provocada pelo assoreamento do rio. Outra questão para a qual igualmente chama a atenção é a inexistência de obras de infraestrutura em Piracicaba, que a torne adequada para lidar com as consequências causadas pela implantação e funcionamento da obra na região, como, por exemplo, aquela resultante do desenvolvimento do modal rodoviário, cuja característica é transportar mercadoria industrializada, ocasionando, assim, um tipo de desenvolvimento que gera emprego de qualidade. Marcela Teixeira declarou ser presidente do Centro Acadêmico de Biologia da Universidade Metodista de Piracicaba–UNIMEP e esclareceu que o primeiro ponto que pretendia abordar dizia respeito ao assoreamento à montante, que, garante, a cada cinco anos, deverá ser dragado em dois pontos. Acrescentou que, para aqueles que entendem, a dragagem, por si só, constitui um impacto ambiental enorme, na medida em que levanta sedimentos e metais pesados que se juntam com a poluição que jaz no fundo do rio, sem falar da população bentônica que vive nesse substrato. Além desses impactos, observou, pode ocorrer a eutrofização, que diminui a quantidade de oxigênio na água, e isso impossibilita o desenvolvimento da maioria dos indivíduos que aí vivem. O segundo ponto que pretendia abordar diz respeito à preocupação dos pescadores, e de suas famílias, no que se refere às tilápias cuja solução proposta para minorá-la seria implantá-las no rio, ajudando, assim, os pescadores. Pontuou que, em hipótese alguma, esse procedimento resolveria o problema, por ser a tilápia uma espécie generalista que acaba consumindo tudo de todos. Teceu comentários sobre a postura da comunidade dos pescadores com relação à biodiversidade, que reconhecem como muito importante, motivo por que lamentam a retirada de muitas espécies do Tanquã, das quais vinte e seis encontram-se ameaçadas de extinção, como o jacaré do papo amarelo, que havia sido banidos inicialmente com o enchimento do Tanquã, aos poucos foi retornando e, finalmente, conseguiu estabelecer seu território que, mais uma vez, irão perder. Lucas Longo declarou que se obriga, enquanto cidadão, biólogo e especialista de manejo dos recursos florestais, a comparecer às audiências. Esclareceu que o diagnóstico realizado sobre o meio biótico agradou muito, no entanto, ainda possui uma lacuna significativa, porque diz respeito à mitigação e à compensação que será feita. Explicou não ser contrário nem à intermodalidade hidroviária nem à ferroviária nem à rodoviária e, tampouco, à ciclovia, mas, sim, a um projeto que leva em conta apenas - unilateralmente - o ponto de vista econômico, deixando de lado seu aspecto social, urbanístico e ambiental. Explicou que nesse processo vem sendo envolvida uma região que possui um histórico de ocupação e registros de cultura popular, inclusive da cultura tradicional da pesca. Observou que a área onde será implantado o empreendimento deveria ser protegida e conservada de acordo coma Convenção de Ramsar, que o Brasil assinou em 1993. Lembrou que, em 2000, Piracicaba demonstrou interesse em criar um novo roteiro para a cidade de Piracicaba, um roteiro turístico, que é o roteiro da observação de aves. Noticiou que participou da criação de cinco roteiros, entre os quais o mais famoso era denominado de Pantanal de Piracicaba, o Tanquã, cujas espécies migratórias, que

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

dependem daquele ambiente específico, com certeza não se ajustarão ao Canal da Samambaia, que será apenas um recinto de aves migratórias e de aves aquáticas. Declarou ser sua intenção destacar a importância de se adotar medidas mitigadoras e compensatórias de um projeto tão importante como esse. Eduardo Roberto Alexandrino declarou que sua formação era em biologia, cursando doutorado na Escola de Agronomia "Luiz de Queiroz", e que era um dos autores que indicam o Tanquã como uma das áreas prioritárias para a prática do turismo de observação de aves. Declarou que, antes de mais nada, trabalhava com aves justamente em áreas que sofreram significativa intervenção antrópica, e que analisando todo EIA/RIMA que, no Estado de São Paulo, faz o diagnóstico das aves do Tanquã. Pontuou que, no que tange à viabilidade ambiental do empreendimento, o principal problema é se ter deixado de lado um importante parâmetro, que é a parte da fauna. Argumentou que gostou dos estudos e não era contrário à implantação do empreendimento, no entanto, apenas propor medidas mitigação no EIA consta que não era suficiente. Observou que, a seu ver, não era uma boa resposta, Teceu uma série de comentários sobre cada um dos vinte e um programas propostos para as etapas de concessão das licenças prévia, de instalação e de operação; sobre as quatorze espécies existentes no Tanquã que eram ameaçadas de extinção; sobre a necessidade de se estabelecer uma condicionante, caso a barragem siga em frente, exigindo a elaboração de um estudo minucioso a ser feito não em quatro meses, mas em um ano, tempo este que ainda considera pouco. Vania Helena Bagatini declarou ser moradora do Bairro Nova Piracicaba, desde 1981, quando chegou em Piracicaba vinda de São Paulo. Ofereceu um relato sobre sua chegada, quando escolheu um imóvel no Loteamento Nova Piracicaba e o adquiriu legalmente, pagando tudo, inclusive o IPTU. Relatou que o imóvel escolhido se localizava no centro da cidade, num bairro estritamente residencial, o que dava a certeza de que no local não haveria nem pontos comerciais nem bares ou qualquer atividade de lazer que prejudicassem o sossego dos moradores – tampouco construções de vários andares. Enfatizou que estavam certos de que tudo seria mantido dessa maneira e, portanto, que todos os problemas estariam resolvidos. Porém, observou, inúmeros problemas foram enfrentados, desde enchentes até a abertura de pontos comerciais que acabaram trazendo para o bairro uma população que lá não residia, o que gerou certo desconforto, principalmente com o aumento de furtos. Enfatizou que, acompanhando a apresentação do desenvolvimento do EIA/RIMA, voltou no tempo, precisamente aos seus 9 anos quando estudava em uma escola que formava professores e que se localizava na Praça da República. Relatou que, quando a professora dizia que as folhas das árvores eram verdes, ela olhava para fora e vias as folhas das árvores da Praça da República pretas e feias. Declarou que situação semelhante ela vivenciava naquele momento, quando se falava de algo que ela tinha de engolir, o que fazia com que se sentisse meio lesada, principalmente nestse caso em que o interesse de alguns setores da sociedade são satisfeitos em prejuízo do bem coletivo. Comentou que as enchentes eram cada vez mais freqüentes em Piracicaba e atingiam sua área urbana. Argumentou que, com a construção da barragem, a velocidade dá água diminuiria, o que colaboraria para aumentar o assoreamento do rio, aspectos estes negativos, levamdo-a a questionar como ficariam as enchentes, aspectos esses agravantes de enchentes. Ao concluir afirmou que, com a experiência, passamos a saber que no começo tudo funciona, mas, com o passar do tempo, precisamos até ir aos psicólogos para aceitar que chova, pois o trauma é tamanho que nem queremos mais que ela aconteça. Valdir Prati declarou que era médico e que residia em Piracicaba há 22 anos, mas que crescera em Santa Maria da Serra. Relatou que veio para essa cidade nos anos 1964/1965, para cursar o científico e que, depois, foi para Ribeirão Preto cursar medicina. Relatou que voltou para sua terra de origem onde foi o primeiro médico que, regularmente, durante vinte e dois anos, atendeu regularmente na cidade. Durante essa permanência, acrescentou, tomou contato com o Tanquã e se apaixonou por ele e ai vivia há muito anos. Conhecia-o muito bem, e, por isso, podia dizer que era lamentável o que foi feito com os ribeirinhos, que passaram a ser tratados como objetos, como também seus moradores, que serão removidos, realocados, colocados em caminhões e transportados

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

300 metros para cima, embora estejam felizes em Tanquã. Acrescentou que, para comprovar o que afirmava, bastava assistir a reportagem que o DCE da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMED fez da viagem realizada no dia anterior com os moradores. Eles não necessitam que o lugar seja modificado e não adianta acenar para eles com indenizações. Declarou que participou no dia anterior da audiência em São Pedro – porque se considerava são-pedrense – e que era contrário à implantação desse projeto porque ele destruirIA essa natureza e eu não preciso mais reafirmar tudo isso. Comentou que pouco se falou da Reserva do Barreiro Rico, que é extremamente importante. Ao concluir propôs que 670 milhões sejam destinados à recuperação das áreas de preservação permanente que se encontram destruídas. E concluiu com a seguinte frase: "Navegar é preciso. Mas navegar pelo Tanquã. Como ele é hoje!" Eliyezer Barreto Cesar declarou que se alegrava de participar de um encontro como esse, em que a experiência da cidadania é visível. Relatou sua vida profissional antes do Golpe Militar e a esperança que tem no Poder Público, ao reconhecer que ele está evoluindo. Declarou que os promotores públicos atualmente são vigilantes, ajudam a população a enfrentar más administrações ou desorganizações por processos comprometidos por entidades públicas. Argumentou que se tem de avançar também na questão multimodal, para não se ter de optar ou por estrada, ou por rodovia, por trem ou hidrovia, porque tudo é fundamental. Daqui a pouco, observou, se deverá chorar, se não se tiver resolvido essas questões da mobilidade nacional, não só para transporte de mercadoria, embora, como se sabe, a poluição causada pelo transporte rodoviário seja violenta. Foram oferecidas várias sugestões importantes e todos as ouviram e, por certo, tentarão, nesse contexto, não ser contrário ou favorável, mas propor um projeto viável incorporando nele aquilo que é lei - a própria audiência pública – como parte da reelaboração ou do aprimoramento do projeto. Declarou que essa sessão o enchia de orgulho, como brasileiro. Declarou igualmente que, por ocasião do Regime Militar, foi alguém que se opôs, em nome da democracia, em nome da liberdade, em nome da cidadania. Tudo indicava, observou, que o Poder Judiciário brasileiro é diferenciado atualmente, que os cidadãos, também e que, portanto, as condições estão dadas para que se enfrentem problemas como esse, temas como esse de modo responsável. Jorge Alexandre questionou a função real da barragem, que, como afirmou, não estava explicado em lugar algum. Fez, entre outras, as seguintes perguntas: se a barragem será utilizada para transporte, turismo ou para gerar energia elétrica, e, em caso positivo, quanto de energia gerará e a que custo. Afirmou que o empreendimento estava parecendo um pato, aquele bicho que fala, anda, voa, mas não faz nada direito. Perguntou qual o tempo, afinal, para o retorno da renda gerada em um ano, sem contar os gastos com a manutenção. Também teceu comentários sobre o escoamento da produção de grãos. Pedro Vitória Júnior declarou ser um dos únicos na sala que falava de duas formas: primeiro, como cidadão piracicabano, pois nasceu e se criou em Piracicaba; e, segundo, como engenheiro civil, com cursos de pós-graduação na área de planejamento de transporte, Informou que participava de seminários e congressos e que era muito fácil pinçar de qualquer projeto pontos sensíveis do que estava sendo apreciado e criticá-los, bastando, para tanto, escolher, a bel prazer um item, apresentá-lo ao manifestante e este facilmente fazer uma crítica. Ponderou que, no entanto, era preciso ir além da crítica, promover consequências, porque permanecer na crítica é um modo inconsequente – porque era fácil criticar. Declarou que, como acabara de ser dito, o progresso virá, quer de um jeito quer de outro, e, com ele, o transporte. Acrescentou que tem de se escolher, ou permanecer na matriz perversa que se tem hoje e com a qual mais de 90% de todo o transporte no Estado de São Paulo está comprometido, que é o modal rodoviário, ou escolher outra opção de transporte: pode ser ferroviário, hidroviário ou dutoviário. Noticiou que o proposto é hidroviário, complementado pelo modal ferroviário com todas as vantagens que ele apresenta. Argumentou que os brasileiros, às vezes, somos um pouco orgulhosos demais, e nos esquecemos de pensar que os europeus e os americanos já fizeram essa opção. Informou que, na Europa, existem mais de 40 mil quilômetros de canais navegáveis e projetos, como o que está sendo desenvolvido ligando o Rio Sena ao Rio Reno, que,

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

provavelmente, é 100, 150 vezes maior do que o projeto de Santa Maria da Serra, e os franceses têm coragem de fazer, e eles não são menos capacitados do que nós, piracicabanos. Sugeriu que se refletisse um pouco, que a opção era clara, e nós, técnicos, temos a coragem e a honestidade de colocar claramente quais são os impactos que a obra causará. Acrescentou que as futuras gerações, sim, recriminarão a opção que foi tomada, qual seja, manter o estado de coisas que se vê hoje, ao manter a matriz de transporte rodoviário. Por manter estes altos índices de poluição, de acidentes e de outras externalidades que o modal rodoviário gera. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. O Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame declarou sua imensa satisfação por compartilhar dessa audiência pública para tratar de questões ambientais, principalmente dos aspectos positivos e negativos que o empreendimento causará no Brasil, precisamente o impacto econômico, como, por exemplo, aquele que o pequeno agricultor de grãos do Brasil Central usufruirá ao ter à disposição transporte mais barato para viabilizar o escoamento de sua produção. Enfatizou que, além dos impactos socioeconômicos, que serão imensos, outros, como a criação de emprego, a retirada de caminhões das estradas e sua inserção na hidrovia – que diminuirá a emissão de CO_2 –, acarretarão benefícios inegáveis. Acrescentou que os impactos de segurança e de saúde contribuem para a diminuição dos acidentes e que a possibilidade de divulgá-los nessa ocasião contribuiu para que essa audiência fosse excepcional, porque, praticamente, 70% do tempo foi despendido para discussão das questões ambientais. Argumentou que não dava para se admitir, hoje, a execução de uma obra nos mesmos moldes adotados há cinquenta anos, sem levar em conta as questões ambientais e seus impactos. Observou que os impactos detectados como mais importantes foram, em primeiro lugar, as inundações das áreas costeiras, entre as quais o Tanquã; em segundo lugar, a c necessidade de que sejam adotadas medidas de segurança na remoção dos moradores do entorno; em terceiro lugar, a complexidade da questão das cheias; e, em quarto e último lugar, a utilização de caminhões para transportar os produtos ou para o porto ou para a ferrovia. Afirmou que há mais de vinte anos acompanha as questões relacionadas com essa hidrovia, e que se trata apenas de um projeto de EIA/RIMA imensamente melhor e que oferece respostas técnicas e científicas a todos esses questionamentos. Acrescentou ter apresentado inúmeras propostas ao doutor Paulo Afonso e de ter contribuído com a redação do capítulo sobre o meio ambiente da Constituição Brasileira. Argumentou que o Brasil é um dos poucos países que tem na sua Constituição questões ambientais, só que as coisas evoluem, inclusive o ambientalismo, e, hoje, por exemplo, não há lugar para a preservação, mas, sim, para o desenvolvimento sustentável. Argumentou que se usufrui daquilo que progride, que cria emprego, que cria melhores condições de vida para a população com a conciliação das três áreas: a econômica, porque o empreendimento tem de ser viável economicamente; da área social, porque tem de respeitar os direitos trabalhistas; e ambientalmente correta: tem de respeitar as questões ambientais. Comentou que, se conseguir conciliar esses três aspectos, se poderá dizer que se trata realmente de um desenvolvimento sustentável. Alegou ter certeza de que essas questões serão respondidas pelos técnicos, pelas câmaras técnicas do Aglomerado e do Comitê de Bacias. O Secretário-Executivo informou que, como não se encontravam mais na platéia os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo que haviam se inscritos, passaria à etapa das réplicas. Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, Diretor do Departamento Hidroviário – DH da Secretaria de Logística e Transporte, representante do empreendedor, agradeceu àqueles que ainda acompanhavam a audiência, apesar do adiantado da hora, e enfatizou a importância dessa e das demais audiências públicas e dos outros fóruns que já discutiram e que irão ainda discuti-lo no final do mês de janeiro. Pontuou que existem divergências no tocante à engenharia e ao aspecto jurídico do projeto, mas uma coisa era certa: a equipe técnica, responsável pela elaboração do projeto e que, consequentemente, assinou e abalizou todos eles, são técnicos de alto garabito e todos inscritos nos conselhos regionais específicos. Referiu-se ao questionamento feito por uma das pessoas que se manifestaram, cujo teor dizia respeito à sua

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

perplexidade com fato de um projeto tão bom como esse ser criticado, manifestação essa que, a seus olhos, revelava que se trata de um projeto honesto, sem nenhum disfarce. Noticiou que, no mês de janeiro, se iniciaria uma sequência de conversas específicas sobre cada um dos temas abordados pelo projeto, e que se exauririam as discussões que seriam feitas com o Comitê de Bacias, com o Aglomerado Urbano, com as Universidades, enfim, com outras entidades. Comentou a importância do licenciamento ambiental para avaliava os impactos positivos e negativos que seriam causados com a implantação e funcionamento do empreendimento, e as externalidades que a ele são associadas. Acrescentou que, no âmbito do licenciamento, também seriam examinados os possíveis problemas que ocorreriam na área de influência ao projeto e os impactos positivos e negativos e as respectivas ressonâncias em âmbito local e regional com a não implantação do projeto. Noticiou que se fazem presentes nos estudos conceitos do ambientalismo moderno, que preza a qualidade de vida, mas não do ambientalismo do passado e, portanto, retrógrado, que coloca o homem de lado. Referiu-se a alguns projetos que foram elaborados com base em conceitos do ambientalismo moderno, como um projeto proposto para Roterdã: uma ligação férrea que ligaria o Porto de Roterdã com o Interior da Europa. Informou ter sido esse projeto analisado, mas não implantado, em decorrência dos impactos significativamente altos que promoveria. Pontuou ter sido realizada também uma análise sobre eventuais problemas que a não-implantação desse projeto causaria e qual seria o cenário do transporte de cargas do Porto de Roterdã para o Interior da Europa, sem sua contribuição, principalmente no que tange à navegação e ao transporte de cargas por ferrovia, que é chamado de "banana europeia", que abrange o oeste da Alemanha e o norte da França. Noticiou que, com base nos dados obtidos, decidiu-se implantar o empreendimento, apesar de ele produzir impacto ambiental significativo, uma vez sua não-implantação promoveria danos bem maiores. Referiu-se a outro exemplo, o Porto de Antuérpia, o segundo maior porto da Europa, também responsável pelo escoamento de cargas na mesma área de influência do Porto da Holanda. Acrescentou ter sido esse projeto intensamente discutido com as comunidades, uma vez que sua implantação exigiria a remoção de dois vilarejos da Antuérpia e realocação de seus moradores. Comentou que propor que o Município de Piracicaba se feche em copas, e não dê sua contribuição para o transporte logístico de grãos do país. Enfatizou que essa atitude é olhar apenas para o próprio umbigo. Quando o Porto de Santos cumpre sua função logística de maior porto da América Latina e importante porto do país, com todos os problemas de gargalos logísticos que apresenta, se está justamente buscando solução, qual seja, retirar caminhão de estradas que atravessam o Estado. Pontuou que uma das pautas que propõe para o mês de janeiro é justamente discutir essa logística, ou seja, discutir os benefícios e os malefícios que cada um dos modais promoveria, suas vantagens e desvantagens, seus traçados, as soluções que apresenta, preços que propõe e custos.Prometeu que não se discutiria, nessa noite, os aspectos relacionados com o Tanquã, mas que, igualmente, se reservaria na agenda um dia para vir aqui discutir somente as questões relacionadas com esse minipantanal. Argumentou que não via a vinculação dos empreendimentos como um fato, em primeiro lugar porque se trata de um aproveitamento múltiplo, e que, apesar de o empreendedor ser o Departamento Hidroviário, ele não olha apenas para o seu próprio umbigo, entendendo, nessa perspectiva, ser a hidrovia a única solução para o aproveitamento múltiplo. Argumentou que interpretar um empreendimento como algo mais amplo trata-se de uma mudança de paradigma. Acrescentou que só haverá barragem se houver porto, e o porto existe. Declarou que colocar caminhão em Artemis seria contraproducente e que seria intelectualmente desonesto, porque o que se propõe é justamente tirar caminhão da estrada. Informou que se trata em Nova Odessa da reativação do ramal existente – o *retrofit* desse ramal, o que ocorrerá em cima de área de cana e pasto. Questionou como se posicionar pela inviabilidade de um projeto que será implantado em cima de cana e pasto e com um porto que já é contemplado pelo Plano Diretor. Noticiou que o licenciamento do Porto de Artemis será o Relatório Ambiental Preliminar– RAP, porque a desvinculação dos empreendimentos é muito clara. Aliás. Diferentemente de

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Piracicaba, viraremos as costas para São Pedro, porque não se trata de um Aglomerado Urbano. Argumentou que acaba de ser criado um aglomerado urbano nesta região, porque ou a cidade se comporta como um aglomerado urbano ou renuncia que existem municípios do lado. Lembrou que o homem não mora no Município, mas, sim, na região. Argumentou que qualidade de vida não é só o Tanquã preservado. Perguntou se o Brasil estava indo bem porque o Presidente Fernando Henrique controlou a inflação ou porque Lula ampliou o Bolsa-Família e a Presidente Dilma continua com a mesma política. Mas, respondeu imediatamente e não, mas, sim, porque os chineses estão comprando os produtos brasileiros, esses recursos entram no país e a balança comercial gera divisas, gera imposto de renda, entra no caixa do Governo e vira programa de transferência de renda. Pontuou que se estudou o projeto, mas a forma como foram explicitadas as informações por ocasião da apresentação talvez não as tenha elucidado. Dificilmente elucida, porque a apresentação deve durar apenas quinze minutos, no máximo meia hora, quarenta e cinco minutos. Informou que as pessoas que estiverem interessadas em conhecer o projeto, que estiverem de fato empenhadas em entender e criticar estão convidadas a participar das discussões que serão realizadas durante todo o mês de janeiro. Acrescentou que ninguém pretende enfiar "goela abaixo" o projeto. Argumentou que a folha é verde na primavera, mas no outono ela é preta. Acrescentou que é difícil defender uma hidrovia que transportará apenas carga e beneficiará apenas Estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás, embora transporte o etanol, que é um produto puramente paulista, e, em seu retorno, transporte diesel e gasolina, porque as nossas máquinas agrícolas ainda são movidas a diesel. Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, Diretor do Departamento Hidroviário – DH da Secretaria de Logística e Transporte, declarou ainda terem sido apenas três os esclarecimentos solicitados, além dos específicos solicitados pelos moradores do Tanquã, que parabenizava, porque essa comunidade se organiza e deixa claro o que ela não entendeu e o que ela precisa entender. Declarou que se colocava disponível para e criar uma comissão para discutir todo o processo de políticas que será destinada ao Tanquã. Referiu que questão de moradia é uma preocupação dos moradores de Tanquã, e que não se pode dizer que qualidade de vida esteja disponível para eles, nesse momento. Argumentou que, respondendo o questionamento feito sobre o procedimento e a garantia que eles moradores terão após a construção da hidrovia, esclarecia, em primeiro lugar, que se tratava de um processo de licenciamento ambiental e que se dispõem de recursos e de projeto. Obviamente que quem participa de audiência pública a população que participa de fato é a que fica contrária ao projeto, além disso que os recursos e o cronograma estão traçados. Abordou cada uma das etapas do licenciamento ambiental e os procedimentos adotados em cada uma delas. Inicialmente, informou que todos as famílias que serão realocadas serão cadastradas e detalhadas todas as etapas do processo de desapropriação.Informou, ao representante da Emaflora, que existem viveiros suficientes para realizar o plantio almejado por este projeto, pois um programa de implantação será realizado pela comunidade rural dos três municípios, o que se trata de uma externalidade positiva. Referiu-se também aos programas específicos de aceleração da recuperação da mata ciliar e das áreas de preservação permanente, que, muitas vezes, aqui foi colocada como compensação ambiental, mas que se trata de uma obrigação legal. Argumentou que o plantio de vegetação se conectará com a Estação Ecológica Barreiro Rico, que, aliás, possui uma biodiversidade muito mais rica do que o Tanquã. Referiu-se a onça pintada achada em Barreiro Rico e ao fato de alguns moradores do Tanquã serem favoráveis à implantação da barragem. Não são todos os moradores que são contrários à barragem. Informou que o fechamento será executado no período de cheia do reservatório, que, por coincidência, pelo cronograma ele vai ser feito no período de cheia, quando o estoque pesqueiro estiver acima da barragem. Explicou também que o ciclo de reprodução dos peixes eé anual, acreditando-se, por isso, que, já no primeiro ano e com a quantidade de carga orgânica no reservatório, ocorrerá, em um primeiro momento, uma explosão demográfica de peixes para depois atingir o clímax e se estabilizar num nível mais baixo de população. Esclareceu que se pretende

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

implantar um programa de manejo da pesca no reservatório, e que hoje já existem programas à jusante do Rio Tietê, que atualmente possuem tanques, redes e fazendas de peixes e cuja rentabilidade são dois salários mínimos mensais. Apresentou, detalhadamente, o Programa de Educação Ambiental, que, afirmou, já foi discutido inclusive no âmbito do Comitê de Bacias e com a Coordenadora do Comitê de Educação Ambiental do Comitê de Bacias. Em seguida, expôs o plano. Explicou que ninguém fará a recomposição das áreas de preservação permanente, depois que estiver inundado, mas, sim, se aproveitará o que tem de conectividade com o meio aquático e se iniciará o processo de plantio. Esclareceu também que, se for constatado, por ocasião do fechamento do reservatório, que o estoque pesqueiro efetivamente caiu, a ponto de vocês se verem impedidos de pescar, vocês serão remunerados de forma proporcional à quantidade de peixes que está sendo pescada atualmente. Referiu que, obviamente, todos esses programas de monitoramento serão condicionantes para a licença de instalação e que o mais importante é que só será feita a primeira remoção de terra quando tudo estiver detalhado. Quanto à preocupação do Ministério Público, qual seja, se duplicarão ou triplicarão os custos socioambientais, declarou que se estima que estarão em torno de 25 milhões de reais os custos com implantação dos programas ambientais. Em seguida, ofereceu uma série de informações sobre o Tanquã, entre elas: 1) sobre o plantio da área de preservação permanente, buscando-se a conectividade da biodiversidade com o ambiente aquático e a Estação Ecológica do Barreiro Rico; 2) sobre o cerrado, que foi praticamente destruído no Estado pelas práticas agrícolas; 3) acerca dos procedimentos que serão adotados em relação a alguns programas, entre os quais sua implementação juntamente com os órgãos municipais e a Casa do Agricultor, de modo a desenvolver uma agricultura familiar calcada em viveiros; 4) sobre a eutrofização da água do reservatório, o que, na verdade, ocorre muito mais pela deficiência no sistema de tratamento do esgoto gerado nas cidades; 5) sobre o modelo matemático que prevê que a qualidade da água que sairá do tecido urbano e passará ali pela rua DNA qual se localiza o porto, em Piracicaba, ao chegar ao Reservatório de Santa Maria da Serra terá uma qualidade melhor; 6) sobre o momento de estabilidade no Tanquã, a expectativa é que o oxigênio dissolvido seja da ordem de 4 miligramas por litro, que é um parâmetro adequado para a vida da ictiofauna. Ivan Carneiro Castanheiro declarou que o Ministério Público pretende realizar um trabalho construtivo, contribuindo para o aperfeiçoamento do projeto, e uma das sugestões propostas foi a utilização dos programas implementados pela Escola de Agronomia "Luiz de Queiroz" – ESALQ, vinculada à Universidade Estadual Paulista–UNESP, retirando-os das prateleiras. Acrescentou que, como já se havia dito, no âmbito do Comitê de Bacias, por ocasião da reunião de terça-feira, no mês de janeiro as pessoas estão desmobilizadas, e, nas universidades, metade sai de férias no mês de janeiro e a outra metade no mês seguinte, fazendo um tipo de revezamento, o que faz com que ela permaneça praticamente desmobilizada. Portanto, observou, neste momento a universidade não poderá contribuir, pois, como em outras instituições, são feitos revezamentos, e que, embora tivesse conhecimento de que a decisão caberia, em última análise, à CETESB, reivindicava a essa agência a prorrogação do processo de licenciamento por mais sessenta dias, e que estava aguardando resposta. Enfatizou ter conhecimento da pressa que a CETESB tem, mas era preciso levar em conta que o empreendimento é muito importante para se correr o risco de fazer as coisas na pressa e, posteriormente, perder mais tempo para se refazer aquilo que foi feito às pressas. Enfatizou ser necessário dar conhecimento dessa alternativa ao Presidente da CETESB, Otávio Okano, como também a Nelson Vidale e a Ana Cristina. Propôs que se levasse a eles uma posição de consenso, com a qual, comentou, o Deputado Mendes Thame se comprometeu em endossar, contribuindo para essa articulação. O engº naval Casemiro Tércio Carvalho declarou ter a liberdade, na figura do empreendedor, de antecipar essa discussão para janeiro, porque a universidade não está de férias em janeiro, como também os professores, pois isso acontecia quando cursava a Poli, pelo menos os professores de dedicação exclusiva, trabalhavam na universidade. Informou que o empreendedor

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

organizará, juntamente com o Aglomerado Urbano de Piracicaba e da Região e também juntamente com o Comitê de Bacias, seminários a partir da segunda semana de janeiro. Pontuou que também os moradores do Tanquã não estarão de férias em janeiro, mas, pelo contrário, participarão das reuniões. Acrescentou que todas as pessoas interessadas em discutir o projeto devem começar a trabalhar em janeiro. Enfatizou que não é vontade do Diretor do Departamento Hidroviário que esse projeto seja contaminado pelo processo eleitoral e pela Copa. Acrescentou que uma licitação desse porte não deve acontecer em meio à Copa, porque não considerava a intromissão da Copa saudável, do ponto de vista técnico. Até mesmo porque, ponderou, a implantação desse empreendimento conta com recurso federal, e, durante o processo eleitoral, não é permitida a assinatura de convênio entre Estado e Município, entre Município e União e entre União e Estado. Essa proibição é clara na legislação eleitoral. Argumentou que, se tratava de boa estratégia para quem é contrário à implantação da barragem, postergar a discussão, porque, se a concessão da licença prévia ocorrer depois da Copa, efetivamente a barragem não sairá. Foram entregues durante a audiência as seguintes correspondências: 1) Questionamentos formulados pelo Senhor Enéas Xavier de Oliveira Júnior, entregue durante a audiência realizada em Piracicaba e datados de 12/12/2013; 2) Proposta de pedido de informação, sem signatário e a ser formulado ao Senhor Milton Costa, Presidente do Sindicato da Construção Civil de Piracicaba, sem signatário e datado de 12/12/2013; 3) Manifestação encaminhada pela Sociedade Amigos da Lagoa, assinada pelo Senhor Antônio Carlos Danelon e datada de 12/12/2013; 4) Pedido de informação formulado pelo Senhor Juan AM Sebastianes e datado de 12/12/2013; 5) Manifestação sem signatário e sem data; 6) Depoimento de moradora sem assinatura e sem data; 7) Cartas redigidas de próprio punho pelos moradores de Tanquã ;8) Carta de morador do bairro Nova Piracicaba, sem assinatura e sem data; 9) Propostas encaminhadas pelo Senhor Antonio Cláudio Sturion Júnior, assinada e sem data; 10) Questionamentos feitos pelos Senhores Luciano Vasconcelos Monferrari, 11) Cláudia Oliveira de Almeida e Natália Dantas Paes, sem assinatura e sem data. Depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas e de agradecer, em nome do Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Federal Bruno Covas a participação de todos, o Secretário-Executivo Germano Seara Filho informou que todo e qualquer interessado em contribuir para o aprimoramento do projeto poderá enviar sua sugestão ou proposta através de *email o*u correspondência a ser encaminhada diretamente para o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB. E, como nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br